

# Raízes das Desigualdades

Carmen Silva\*

Por que as mulheres negras são as mais pobres? Por que há tão poucas mulheres em postos de poder no mundo? Por que é tão difícil para a classe trabalhadora se levantar contra os patrões? Por que são tão poucos os homens que se envolvem com trabalho doméstico e cuidado com crianças?... São tantas as perguntas que podemos nos fazer, quando olhamos para o mundo, pensando na situação das mulheres, das pessoas negras e de quem vive do trabalho! Ousar respondê-las é um desafio cotidiano para todos os movimentos sociais que lutam por justiça e democracia, mas, em especial, para o movimento feminista e para as sindicalistas que lutam para mudar as relações de gênero no ambiente de trabalho. A existência deste curso sobre gênero e trabalho, reunindo pessoas do movimento feminista, do movimento sindical e de outras organizações nos ajuda e, ao mesmo tempo, exige-nos uma reflexão, ainda que um pouco simplificada, sobre como se organizam estas desigualdades.

Aqui, nesse curso<sup>1</sup>, tratamos do trabalho feminino, presente em todos os momentos da História mas pouquíssimo discutido e valorizado. Ao refletirmos sobre as situações de trabalho das mulheres, analisamos que ele ocorre tanto na esfera produtiva – através do trabalho remunerado – quanto no espaço doméstico – no interior das residências e nos seus arredores – como tarefas que garantem a manutenção da casa e os cuidados com as pessoas e pelas quais as mulheres não recebem nenhum rendimento. Mas por que essa injustiça acontece com as mulheres? Para buscar entender, é necessário pensarmos nas bases que solidificam o nosso modo de organização social. Precisamos entender em que moldes econômicos, culturais e políticos se estruturam as relações sociais. Quando falamos em relações sociais, estamos nos referindo aos modos predominantes de contato e trocas entre as pessoas e os grupos sociais em uma dada formação social. Essas relações sociais são construídas a partir de várias dimensões, mas, do nosso ponto de vista, elas se estruturam a partir de três elementos fundantes: classe, gênero e raça. Por isso, passaremos a discutir esses elementos separadamente, muito embora saibamos que, na vida cotidiana, eles existem de forma integrada.

## **Compreendendo as classes sociais**

Na formação social brasileira, as relações econômicas fundamentais se constroem a partir da exploração da força de trabalho, já que vivemos em um sistema capitalista, isto é: as pessoas que não possuem meios para produzir, nem para sobreviver com independência, mas podem dispor de sua própria resistência física e de suas habilidades, trocam-nas por meios financeiros de sobrevivência; vendem a sua força de trabalho para um patrão que,

com isso, consegue ampliar a sua produção e gerar lucro, do qual usufrui sozinho ou com sua família. Essa relação econômica, que possibilita a acumulação de capital, estrutura as relações sociais entre as classes, mas não as explica de todo.

Nos movimentos sociais existem distintas formas de compreender o debate sobre as classes sociais. Isso se expressa nos diferentes termos utilizados para se referir às pessoas que vivem com poucos recursos: pobres, explorados/as, menos favorecidos/as, base, excluídos/as, em situação de vulnerabilidade, entre outros. Algumas pessoas também utilizam o termo classe social para se referir a categorias profissionais como a “classe dos professores”. A questão que nos colocamos é: esses termos são usados aleatoriamente ou indicam um modo de pensar que os justifica? Em todo caso, denotam uma carência de debate conceitual na militância contemporânea sobre o que venha a ser classe social. Num certo pensamento sociológico que muitas vezes conforma o debate sobre a realidade social através da mídia, é comum entender-se classes sociais a partir de níveis de rendimento e/ou de faixas de acesso a bens de consumo – esse tem sido o tom de muitas pesquisas nas áreas de Políticas Públicas e Pesquisa de Opinião. Embora possa ser útil, em alguns momentos, esta forma de ver não lida com a noção de exploração e, portanto, não nos parece totalmente adequada como instrumento para compreender a estruturação das classes.

Na tradição política de esquerda, que foi predominante no Brasil até a década de 1980, baseada no marxismo, as classes fundamentais no capitalismo se definem em relação à propriedade, ou não, dos meios de produção, ou seja: uma detém os meios de produção – a burguesia – e outra vende a sua força de trabalho – o proletariado. O conceito fundamental que explica essa relação é a exploração, isto é, a extração de mais-valia feita pela classe proprietária sobre a classe assalariada. Entretanto, o desenvolvimento do pensamento crítico no Brasil gerou várias reflexões a mais: sobre as diferenças inter burguesas, as especificidades do trabalho rural, o numeroso contingente de pessoas sem acesso ao trabalho assalariado, que hoje se avoluma cada vez mais, e a produção da pobreza como uma consequência dessas desigualdades econômicas. A atualização da compreensão sobre a exploração capitalista exigiu, ainda, percebê-la como um processo que se complexifica também com a mundialização da economia, a dominação do capital financeiro e com novos processos produtivos baseados no conhecimento e na informação.

Essa forma de pensar as classes, embora seja correta do ponto de vista de compreender algumas relações econômicas, funcionou, entretanto, como uma simplificação da complexidade da realidade social. Ela explica o trabalho produtivo, aquele que gera lucro,

mas não explica, de forma direta, os serviços públicos nem o trabalho na esfera reprodutiva. O trabalho reprodutivo inclui o trabalho doméstico, como já vimos neste curso, e é feito basicamente por mulheres, no interior das residências, e se refere a tarefas que viabilizam a manutenção da casa, a alimentação, os cuidados com vestuário e os serviços para crianças, idosos/as e doentes. A cultura política predominante na sociedade impõe às mulheres, sob a forma de trabalho doméstico, a reprodução cotidiana da força de trabalho de homens e mulheres que estão na esfera produtiva e, com isso, desincumbe o Estado e o empresariado dessa responsabilidade social. Esse “sobretalho”, realizado pelas mulheres, é funcional ao capitalismo e colabora para o crescimento de sua lucratividade.

A compreensão do trabalho feminino, à luz da noção de divisão sexual do trabalho, mostra a complexidade da exploração capitalista. Daí porque não podemos entendê-la a partir, apenas, do conceito de classe social, da forma simples descrita antes, sem agregarmos a ele a reflexão sobre a percepção social das diferenças de gênero que geram desigualdades entre os sexos, em prejuízo das mulheres, tal como fez Elizabeth Lobo e fazem Heleieth Safiotti, Helena Hirata e Daniele Kergoat.

Estudos históricos, como os do historiador Edward Thompson, têm agregado também outros elementos na conceituação de classe, a partir da discussão sobre “experiência”. Segundo ele, é na dinâmica histórica de organizar-se, constituir-se como uma classe em relação à outra, e na luta por direitos, que a classe trabalhadora vai sendo gestada enquanto tal. Esse modo de pensar contribui para explicar a experiência brasileira de organização sindical que congrega, em uma só organização – a CUT, trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as das mais diversas áreas da economia, incluindo rurais e serviços. A noção de experiência contribui, também, para pensar o processo político de se fazer classe, tornando-se sujeito de seus direitos, em confronto com uma outra classe. Não como um sujeito prefixado e único, designado a partir de seu lugar no processo produtivo, ou pelo fato apenas de ser ou não ser proprietário, mas como um conjunto vivo que se movimenta por seus interesses coletivos e, nesse processo de movimentação, constrói seus direitos e sua identidade coletiva, fazendo-se sujeito no âmbito da ação política.

### **Questão racial na formação brasileira**

Ademais, quando se pensa historicamente não se pode desprezar o peso estruturante das relações inter-raciais na constituição do que hoje, no Brasil, são as pessoas reais que compõem a classe trabalhadora. O conceito de exploração é insuficiente para a compreensão da classe trabalhadora porque, na formação social brasileira, as relações raciais se articularam com as relações de exploração no processo de acumulação capitalista, a partir do trabalho escravo de negros e negras, por séculos. A compreensão histórica da associação dos elementos classe, referido aqui à desigualdade econômica, e

raça permite entender o dado estatístico que mostra a maioria das pessoas negras no menor nível de renda do país.

No âmbito do debate sobre as relações entre pessoas brancas e negras, há polêmicas sobre qual seria o termo mais adequado para explicar a situação de opressão em que vive o povo negro em nosso país. Nas pesquisas censitárias e de avaliação de políticas públicas, tem-se adotado o designativo cor ou cor/raça como uma forma de captar a percepção dessas diferenças. Alguns setores têm buscado trabalhar com a noção de etnia para visibilizar não apenas alguns povos a que se atribuem uma estatura étnica específica, mas todos os descendentes de africanos de pele escura. Esta perspectiva tenta ampliar elasticamente a noção de etnia, já que ela, segundo Barth, é uma categoria de atribuição e auto-atribuição de identidade de um dado grupo, que exige uma validação contínua de pertencimento, isolamento de parte das culturas e regras para contato interétnico. Nas condições brasileiras, seria difícil designar a população negra como compondo uma ou várias etnias, mais apropriado seria vê-la como originária de algumas etnias africanas ou, no máximo, usar essa noção para iluminar a compreensão sobre alguma comunidade quilombola.

A dificuldade de trabalhar com o conceito de raça deve-se a sua origem, na biologia, e ao seu uso histórico para fins de opressão e discriminação. A relação entre atributos e caracteres físicos, designativos de uma raça, e a condição mental e social das pessoas, é uma idéia que serviu, historicamente, para a opressão sobre vários povos. Na formação social brasileira, esta idéia foi utilizada para justificar o trabalho forçado feito por pessoas trazidas seqüestradas da África e seus descendentes. Posteriormente, serviu também para, às avessas, solidificar o mito da democracia racial. Todavia, amplos setores do Movimento Negro, nas décadas de 80 e 90 do colocando, publicamente, a identidade de “ser negro e negra” como constitutiva da luta por direitos para a população negra. Atualmente, a questão racial ganhou uma maior envergadura a partir do debate de políticas públicas de combate ao racismo.

Independentemente do termo que se usa, há que se constatar que as pessoas negras continuam sendo as que vivem em situação de maior pobreza, em especial as mulheres negras. Apesar de raça ser uma idéia e não uma conseqüência de caracteres biológicos, os caracteres biológicos específicos, como cor da pele, cabelo enrolado, lábios grossos etc., existem na população negra e as representações sociais sobre raça são usadas para classificar as pessoas e privá-las do exercício de direitos, além de favorecer poder e privilégios para pessoas brancas. Sentindo-se negras ou não, as pessoas de ascendência africana são discriminadas social, política e economicamente no Brasil e, quanto mais escura for a pele, maior é o seu infortúnio.

O mito da democracia racial leva muita gente a acreditar que os problemas que sofrem as pessoas negras e pobres devem-se apenas a sua situação econômica, mas basta

fazer uma comparação com a vida das pessoas negras que conseguem chegar à classe média, para ver que não é totalmente assim. As classificações de raça e as relações sociais nelas baseadas nelas, são constituintes do processo de formação da subjetividade, das normas e dos valores predominantes e conferem sanções cotidianas para as pessoas negras. Em certo sentido, a reflexão sobre relações raciais se assemelha à reflexão sobre gênero. Os aspectos biológicos e fisiológicos que constituem os sexos masculino e feminino são diferenças que estão nos nossos corpos, entretanto, a sociedade construiu idéias sobre essas diferenças, idéias nas quais se baseiam as relações sociais. Essas representações sociais sobre o que é masculino e feminino normatizam como devem ser as relações entre as pessoas e fazem isso a partir de uma distribuição desigual de valor e de poder entre homens e mulheres, que contribuem para sustentar o mito da superioridade masculina.

### **Gênero, sexo e a situação das mulheres**

Como Joan Scott, consideramos que as relações sociais de gênero são relações de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Esta percepção de diferenças é uma elaboração social hegemônica e não um fato natural; ela está prenhe de sentido historicamente construído, que hierarquiza as relações entre homens e mulheres na vida social, em detrimento das mulheres. A construção social do gênero impacta negativamente na vida das mulheres, porque fornece um substrato através do qual se consolidam – de forma diferente nos diversos tempos históricos e nas formações sociais – normas culturais que estruturam o lugar das mulheres como restrito ao espaço privado. Mesmo atualmente, quando já temos maior inserção no espaço público, continuamos sendo vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com crianças. Estas normas culturais também impactam negativamente na produção da subjetividade, na noção que a pessoa tem de si mesma e do que considera satisfatório, ou não, nas suas relações pessoais e nas escolhas que organizam o seu cotidiano.

As normas culturais baseadas na percepção das diferenças entre os sexos alimentam e são alimentadas, concomitantemente, pela normatização jurídica, pela linguagem, pela imagem midiática, pelo funcionamento regular de instituições como igrejas, famílias, escolas etc. Essa representação social designa lugares diferenciados para homens e mulheres na sociedade e impede ver quão injusta é a dupla jornada de trabalho das mulheres, ou mesmo como é violenta a educação sexista praticada desde a infância nas escolas, ou ainda como é estranho que os seres humanos, sendo homens e mulheres, tenham, na grande maioria, como chefes de estados-nação, apenas homens.

As relações sociais de gênero são estruturadoras do nosso modo de vida social. As representações de gênero se consolidaram historicamente porque, entre outros aspectos, têm uma forte base material para o seu desenvolvimento, que é a divisão social de trabalho entre os sexos, constitutiva do desenvolvimento capitalista. Sendo assim, não

podemos ver o trabalho das mulheres apenas como um fenômeno relativo a gênero ou à classe, ambos são elementos emaranhados na constituição da realidade do trabalho feminino e, no caso brasileiro, associam-se à dimensão das relações raciais. Isso não nos impede de vermos que as mulheres que não têm econômica e politicamente pertencimento à classe trabalhadora também são alijadas de poder e de valor e são vítimas da opressão sexista no cotidiano.

## **Economia e cultura**

As estruturas da sociedade têm seu processo de consolidação no âmbito da economia e da cultura. A economia é o processo de produção e socialização de bens materiais a partir da relação entre pessoas, e a cultura é o processo de produção e socialização de bens simbólicos que também se dá a partir da relação entre pessoas. Ambas envolvem ato criativo e relações de poder. No âmbito da economia, vivemos a apropriação da riqueza por alguns – que se expressa na acumulação capitalista, responsável pela produção da pobreza – e, no âmbito da cultura, vivemos a hegemonia de determinados modos de pensamento coletivo que se retroalimentam nas práticas cotidianas das instituições, em detrimento da autonomia e do exercício de direitos das mulheres, das pessoas negras e daquelas submetidas à pobreza.

Na economia, o trabalho humano é o elemento central, pois é a partir dele que se produz riqueza, e a exploração do trabalho é o elemento-chave para a compreensão das desigualdades econômicas e das condições de possibilidade para a constituição da classe trabalhadora, isto é, para sua organização e ação em torno de interesses que a unifiquem e mobilizem. No âmbito da cultura, ocorre a produção e a disseminação de bens simbólicos, como produtos ou modos de pensar, que vão conformando, desde a subjetividade, as relações pessoais até a produção artística, a mídia e a normatização jurídica. Nesse espaço, a opressão de gênero e raça, por sua permanência no tempo e penetração em todos os aspectos da vida e em todas as relações humanas, constrói “estruturas” que sustentam o modo de vida social, isto é, que operam, cotidianamente, no sentido de sua manutenção. Rigorosamente, economia e cultura se separam apenas para efeito de reflexão, pois, no plano da vida real das pessoas, elas só existem articuladamente. As desigualdades entre homens e mulheres, pessoas brancas e negras, pobres e ricos, proprietários e proprietárias e trabalhadores e trabalhadoras, são definidoras da vida social e estão estruturadas a partir das dimensões econômicas e culturais da dominação, ou seja, de exploração e opressão, de forma integrada. O que nos acalenta, diante da dureza dessa realidade, é a ação coletiva que fazemos, quando nos constituímos enquanto sujeitos políticos, em luta por direitos, e alteramos as condições de vida. Mas ainda temos muito que lutar para ampliar as fissuras nessas estruturas de dominação, promovendo deslocamentos nas relações de poder.

Gênero, Raça e Classe são noções fundamentais para pensarmos a realidade social. A

partir desses elementos, podemos educar o olhar para a percepção da realidade de uma forma mais complexa. A perspectiva classista, vista deste modo, como situação social e identidade coletiva que se articulam na experiência, não se coaduna com a noção de sujeito único ou mesmo de principal sujeito da transformação. Relações de gênero e relações inter-raciais, pela sua permanência irremovível nos nossos corpos, por estarem presentes em todas as relações entre pessoas, por estarem na base cultural da formação social brasileira e pela articulação com as relações econômicas, colocam-se como fontes explicativas da situação de injustiça e de ausência de direitos predominante em nossa sociedade. Vendo com as lentes de “gênero-raça-classe” não é possível estabelecer uma contradição principal, secundarizando outras que são fundamentais na vida cotidiana das pessoas e na sua identidade e organização como sujeitos coletivos. Afinal, na vida real, as pessoas são, o tempo todo, pessoas inteiras, com sua cor, seu sexo, seu trabalho ou a ausência dele. Além disso, todos e todas nós nos relacionamos a partir das idéias que temos nas nossas cabeças, neste caso, as representações sociais sobre mulheres, pessoas negras e pobres.

As condições injustas, às quais estão submetidas as mulheres, a população negra e a classe trabalhadora como um todo, não ocorrem por acaso. Elas estão inseridas em um processo histórico que as configura. As desigualdades estruturais que se desenvolvem a partir das relações de gênero, relações raciais e relações de trabalho, são produzidas pelo processo econômico, político e cultural de organização do modo de vida social, no qual estamos vivendo, em detrimento de um lado e em favorecimento de outro, em cada uma dessas contradições. Não basta, portanto, analisar a realidade a partir do enfoque econômico, ou apenas refletir sobre a cultura e as representações sociais, ou ainda pensar apenas no processo político. A realidade social é complexa e pensá-la de forma simplificada pode levar a estratégias políticas pouco eficazes. Por conta disso, a perspectiva política de construção de igualdade de gênero, de combate ao racismo e de fim da exploração, devem ser eixos estruturadores do nosso projeto político, tanto no espaço sindical, como no espaço do movimento de mulheres.

#### Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Recife: SOS Corpo, 1995.

(\*) **Carmen Silva** é educadora do SOS Corpo, integra o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Articulação de Mulheres Brasileiras.

<sup>1</sup> Este texto é uma sistematização de parte do Curso Gênero e Trabalho, uma realização do SOS Corpo e SNMT-CUT (Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT), em 2004 e 2005. Publicado originalmente no livro Mulher e Trabalho, Recife. Edições SOS Corpo, 2005.